



10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



REFLEXÕES SOBRE ARQUIVO E PODER: UM OLHAR SOBRE SERVIÇOS E AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DO ARQUIVO NACIONAL

Ana Beatriz Colombo, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0002-3775-968>, Brasil, ana.colombo@unesp.br

Marcos Paulo de Passos, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <http://orcid.org/0000-0003-3959-0127>, Brasil, mp.passos@unesp.br

Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista (Unesp),
<https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, Brasil, carlos.c.almeida@unesp.br

Sonia Maria Troitiño, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0002-7204-3283>, Brasil, sonia.troitino@unesp.br

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Resumo:

O presente trabalho se propõe a relacionar arquivos públicos e biopoder, através da temática da violência extrema. Dando enfoque a violência extrema, buscamos refletir sobre o exercício de poder dos arquivos públicos, dando ênfase nas atividades culturais e educativas promovidas pelo Arquivo Nacional. A partir de um estudo de caso no AN, realizamos um levantamento das atividades realizadas e buscamos refletir acerca das atividades promovidas e a presença ou falta de atividades voltadas a violência extrema. Constatamos que o AN promove inúmeras atividades culturais e educativas, contudo, os episódios de violência extrema são, em geral, excluídos da programação de atividades.

Palavra-chave: Arquivos Públicos; Violência Extrema; Biopoder; Difusão.

Abstract:

This work aims to relate public archives and biopower, through the theme of extreme violence. Addressing extreme violence, we seek to reflect on the exercise of the power of public archives, placing emphasis on cultural and educational activities promoted by the National Archives. Based on a case study in AN, we carried out a survey of the activities carried out and sought reflections on the activities promoted and the presence or lack of activities external to extreme violence. We found that the AN promotes numerous cultural and educational activities, however, episodes of extreme violence are, in general, excluded from the activity schedule.

Keyword: Public Archives; Extreme Violence; Biopower; Diffusion.

1 Introdução

Nos últimos séculos, a modernidade alcançou lugares onde a natureza e a condição humana voltam a ser questionados. Referimo-nos aqui à política da violência extrema e o lugar que ocupa nos Estados contemporâneos. Desde o século XIV podemos observar que as expedições marítimas não apenas ampliaram o mapa do conhecimento como provocaram horrores, violência expropriações de diferentes aspectos a diferentes povoamentos, tornando-se, assim, meios para “civilizar” e possibilitar progresso em novas localidades, projeto de expansão territorial e de exploração de recursos.

A colonização implicou cultura de saberes e técnicas de violência aprimorados e colocados em prática durante séculos que se seguiram. Do colonialismo ao imperialismo e do imperialismo aos governos totalitários, as práticas de violência extrema ocupam muitos discursos e espaços políticos nos Estados contemporâneos.

Diante do exposto, pretendemos refletir acerca da violência extrema que se fixou no modo de fazer política da modernidade e, de forma complementar, como a lógica de violência pode ser percebida nos serviços realizados em arquivos públicos. Com intuito de delimitarmos o tema, nos debruçamos sobre as atividades culturais e educativas.

Para tanto, partimos do pressuposto de que a própria concepção de Arquivo Público, transplantada dos moldes franceses, foi estruturada com características de violência extrema, negação de direitos e da própria existência do outro.

Esta reflexão será mais bem desenvolvida na seção *Arquivos Públicos e sua dimensão política de poder*. Em *Serviços e ações culturais e educativas em arquivos e no Arquivo Nacional do Brasil*, apresentaremos um estudo de caso realizado no Arquivo Nacional, situado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Nessa perspectiva, pretendemos identificar e refletir sobre os serviços realizados pela instituição. Buscaremos ainda relacionar o estudo de caso às reflexões teóricas, observadas nossas

considerações sobre violência extrema, negação de direitos, entre outros aspectos que regulam o acesso. Por fim, apresentamos reflexões aludidas sobre o objeto proposto.

Para desenvolvimento deste trabalho, utilizamos os seguintes procedimentos: (1) Levantamento bibliográfico não sistemática sobre a relação entre arquivo e poder, e sobre a dimensão política dos arquivos; (2) Estudo de caso aplicado ao Arquivo Nacional (AN) do Brasil a partir do site da instituição.

Para coleta de dados utilizamos o site do AN, coletando todas as informações disponíveis sobre as atividades culturais e educativas. Todas as páginas de programas permanentes existentes no site oficial do AN foram analisadas, em busca de informações sobre as atividades. Devido a grande quantidade de notícias sobre ações isoladas, estabelecemos um recorte de 2024 a 2025 para análise das notícias divulgadas pelo arquivo, onde buscamos identificar a existência de atividades culturais e educativas relacionadas à violência extrema a fim de identificar se o AN busca compreender, conscientizar e difundir sobre a fragmentação cultural promovida nos períodos e episódios de violência extrema no Brasil.

A partir da coleta do site, foram selecionadas todas as ações e atividades que se encontram em cultura ou educação e, posteriormente, tais atividades foram organizadas em três segmentos: Formativo, Educativo e Divulgação (ver anexo 1), como explicaremos com mais detalhes na seção quatro.

2 Biopoder e violência extrema

É necessário conceituarmos o entendimento acerca de violência extrema, como visto, um ato de impor poder e força com o objetivo de ferir e provocar sofrimento. Salientamos que a violência extrema está, a princípio, vinculada à intenção de causar sofrimento.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (2013) nos apresenta uma genealogia da punição que partia do poder do soberano sobre o direito de morte, sendo um dos atributos fundamentais de sua soberania. A partir do suplício, o soberano não apenas condena a

morte do acusado, mas transforma-a em um ato simbólico. Quanto mais significativo são seus crimes, mais significativa seria a morte, e essa significação seria alcançada através do sofrimento do condenado.

Com o avanço da modernidade, e das ditas “sociedades civilizadas”, o suplício se torna bárbaro e cruel, mas a ideia de punir, a partir do sofrimento se materializa em novas formas. Formas essas entendidas como mais civilizadas, que deveriam, de certa forma, romper com a crueldade da violência extrema e da teatralização da dor e da morte. Do poder soberano, passamos para o poder disciplinar - com o nascimento das prisões - que passará ao biopoder (Foucault, 1999).

Nas ideias de Foucault, a partir do biopoder, o Estado adquire poder sobre a vida - e não mais sobre a morte, como no poder soberano - interferindo sobre os fenômenos sociais, através da superação da própria morte (Mbembe, 2016), a partir de políticas de controle populacional.

Segundo Foucault (1999), o exercício sobre a morte que os Estados modernos exercem, está na intenção de fazer morrer ou de deixar morrer. Por exemplo, um massacre para matar as “forças inimigas” (fazer morrer), ou então a partir da não existência de políticas públicas que garantam a sobrevivência de um determinado grupo social fragilizado (deixar morrer).

A partir da exposição das ideias até aqui apresentadas, compreendemos que a violência extrema, ganha uma dimensão no biopoder do Estado moderno sendo a partir desses mecanismos que a função aniquiladora do Estado se coloca em prática (Foucault, 1999). Há, portanto, na administração dos Estados modernos, mecanismos destrutivos em pleno funcionamento, governando a vida e a morte.

Para melhor compreensão da função destrutiva do Estado e o uso da violência extrema na modernidade, faz-se importante observarmos como as “origens do totalitarismo” (Arendt, 2004) é construída, justificada e legitimada socialmente. Arendt (2004) aponta que a modernidade, sem a

colonização e a escravidão, não teria se realizado. Segundo a autora, o colonialismo e a escravidão foram as “grandes escolas” para o surgimento do totalitarismo. As experiências de dominação, violência e extermínio serão aprendidas e aprimoradas.

Para algumas pessoas, a realidade dos governos totalitários parecem distantes. A Alemanha nazista foi diluída, países do leste europeu acobertam o fascismo. Em países da América do Sul, ditaduras militares foram, em sua maioria, suplantadas por governos democráticos e, no continente africano, o estado democrático é incipiente, na região do Oriente Médio o imperativo é a guerra permanente.

Cenas de genocídios e massacres, como por exemplo o que passaram os povos Yanomami, ou ainda os constantes ataques a periferias do estado de São Paulo, perseguições a grupos étnicos, religiosos e raciais configuram-se como objeto de violência extrema permanente.

Arendt (2004) argumenta que isso se deve a um discurso que justifica e legitima a função aniquiladora do Estado, cujo poder de regular a vida e à sociedade, nos termos foucaultianos, o biopoder. Em suma, ações violentas ou de negação de direitos são justificadas socialmente e burocraticamente aceitas pelos Estados.

Sendo os arquivos a materialização das ações governamentais, e sendo ele também uma instituição de Estado, como as práticas relacionadas ao biopoder do Estado brasileiro podem ser conhecidas através dos serviços e de atividades educativas em arquivos?

3 Arquivos Públicos e a dimensão política de poder

Historicamente, os arquivos estão ligados às classes dirigentes das comunidades e organizações populacionais - onde há organizações coletivas, há registros administrativos - (Mastropierro, 2007), que na modernidade, no entanto, ganham um novo contorno.

O final do século XVIII culmina com a Revolução Francesa (1789-1799). A definição de uma revolução passa, necessariamente, pela rejeição de uma realidade anterior - que no caso da Revolução Francesa seria o governo absolutista - à afirmação de uma nova ideia - que no exemplo mencionado, seria o Estado-Nação. Logo, indagamos o lugar e a função dos arquivos no meio desse acontecimento histórico.

Compreendemos que o entendimento dos arquivos públicos teria sido retirado dos moldes influenciados pela Revolução Francesa, destinado a garantir os direitos dos cidadãos, nas dimensões simbólica e material - pois, nesses lugares guardam-se todas as leis - (Mastropierro, 2007).

Contudo, o que não discutimos são os acontecimentos anteriores à formação dessa instituição. O Arquivo Nacional da França, criado após a Revolução Francesa, teria sido construído e idealizado a partir de uma tentativa de afirmação do Estado-Nação francês, de criar uma identidade nacional francesa e de estabelecer a garantia dos direitos dos cidadãos. No entanto, só seria possível afirmar algo ao negar o diferente.

Assim, para que fosse possível a construção do Arquivo Nacional da França, os documentos antes produzidos e armazenados pelo poder absolutista, aqueles que garantiam os direitos dentro desse sistema, foram destruídos. Não somente os documentos foram destruídos, mas, também, as pessoas que a esse poder pertenciam. Nesse momento, houve a aniquilação de toda uma classe social para que uma nova configuração social fosse possível. A ideologia burguesa criou meios para legitimar a aniquilação de pessoas a fim de defender a ideia de um Estado-Nação.

Em meio a essa relação de negar e afirmar, surge o Arquivo Nacional da França que destrói, apaga e aniquila uma classe social, para criar, instituir e garantir a existência de uma nova forma de governo. O Arquivo Nacional é, portanto, gestado com base no exercício da violência extrema.

Não longe disso, os governos modernos tornaram os arquivos públicos instituições de

importância estratégica e de governança. Todas as informações necessárias para uma tomada de decisão ou para a criação de uma política pública estão sob a custódia de um arquivo público, toda e qualquer informação que um governo precisa para funcionar encontra-se nesse espaço (Tavares, Loureiro, 2020). Salientamos que essa relevância atribuída aos arquivos públicos tem relação com a criação de um mecanismo de compreensão social que ganhou força no século XVIII.

Entre o século XVII e XVIII, os Estados modernos, a fim de organizar as massas populacionais, buscaram meios de entender fenômenos sociais coletivos, como por exemplo, as taxas de natalidade e de mortalidade da população. Nesse sentido, os documentos de controle populacional permitiram uma compreensão de diferentes fenômenos, onde podemos, também, observar padrões de comportamento, dando início ao conceito que Foucault chamou de biopolítica. A datificação da vida, a partir desses documentos de controle populacional foi, nos séculos seguintes, aprovada, utilizada e aprimorada em larga escala em diferentes setores sociais (Foucault, 1999).

Daí são decorrentes os mecanismos de controle populacional que estamos familiarizados. Surgem o seguro-saúde, seguro-velhice, políticas públicas de higiene, entre tantas outras coisas que possibilitam maior longevidade e estabilidade social (Foucault, 1999). E não há de se negar que os documentos arquivísticos são parte integrante desse processo - sendo eles a própria fonte dessas informações -, de forma que a biopolítica, sem eles, não seria possível.

De fato, a ideia de uma vida longeva não nos parece ameaçadora. Contudo, a biopolítica não funciona apenas para tornar possível a longevidade, mas para gerenciar a própria vida. Nesse processo de administração da vida, é necessário também gerir a morte. Para Foucault (1999), a biopolítica é o “corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Em sua argumentação, o filósofo dirá que o racismo surge exatamente com esse mecanismo, o de decidir quem vive e quem morre, quais vidas

são passíveis de luto e quais não são (Butler, 2020).

Em meio a esse exercício de poder, os documentos arquivísticos são, em certo sentido, a materialidade das decisões sobre a vida tomadas pelos governos. Se há uma política pela vida e uma política pela morte, essas também passam pelos arquivos públicos.

Na dimensão da história, da cultura material, ou seja, patrimônio documental, os arquivos públicos realizam a seleção daquilo que recebe o status de histórico: as fontes históricas, os documentos históricos etc. A historiografia é construída a partir de documentos que são custodiados por essas instituições. Mais diretamente, os arquivos públicos exercem a função de formar parte da cultura material, definindo o que será entendido como histórico, isto é, daquilo que será reconhecido como memória. Nesse sentido, constituem parte da herança deixada pelas sociedades anteriores, assim também como a que deixaremos para a posterioridade (Duarte, 2018).

Logo, o arquivo se encontra dentro do jogo das disputas de memória, da relação entre lembrar e esquecer (Pollak, 1989). Esquecer é ser apagado da história, é como estar morto. Assim como no livro “1984” (1949), de George Orwell, as pessoas mortas pelo partido eram apagadas completamente da história, riscadas até mesmo dos registros materiais. Nas palavras de Primo Levi “para exorcizar o passado, tendemos a esquecê-lo” (Levi, 1986, p. 90).

Considerando essas três dimensões, a do direito, a da governança e a da história, os arquivos públicos exercem poder e fazem parte do fazer política dos Estados modernos.

4 Serviços e ações culturais e educativas em arquivos e no Arquivo Nacional do Brasil

Para iniciarmos essa seção, partimos do seguinte questionamento: Como o exercício desse poder afetará os serviços e ações desenvolvidas pelo Arquivo Nacional do Brasil? Trataremos dos serviços e ações voltados à cultura e à educação, chamando-as de

“atividades culturais” e “atividades educativas”, seguimento de atividades desenvolvidas pelos arquivos voltadas aos usuários e potenciais usuários.

Em uma das obras mais tradicionais da arquivologia brasileira, “Arquivos Permanentes”, Bellotto (2008) apresenta a dimensão cultural dos arquivos. De acordo com a autora, diferentes atividades educativas e culturais podem ser pensadas pelas instituições arquivísticas. As atividades propostas pela autora são, até os dias atuais, as mais desenvolvidas pelas instituições arquivísticas, sendo elas: exposições, aulas de história, visitas ao acervo, divulgação de documentos e materiais do arquivo, entre outras.

Nas pesquisas em arquivologia e nos arquivos públicos, o termo adotado para se referir ao setor responsável pelas atividades culturais e educativas é o “setor de difusão”. O termo não é utilizado com frequência por bibliotecas e outras unidades de informação, a difusão permanece de uso do campo dos arquivos.

A difusão consiste em atividades voltada aos usuários ou usuários em potencial e tem como objetivo publicizar os acervos e serviços existentes e atrair novos usuários. De acordo com Silva e Barbosa (2012, p. 12)

É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor [...] Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende.

Com efeito, a difusão em arquivos visa dar visibilidade aos acervos da instituição, e facilitar o acesso às informações, incentivando a utilização das mesmas e valorizando as instituições arquivísticas e seus documentos. Perez (2008, p. 32) nos apresenta uma visão

objetiva da função da difusão, de acordo com o autor

Disponibilizar as informações para o maior número de pessoas é o objetivo principal em um processo de difusão. Isso já está implícito nas atividades desenvolvidas dentro da maioria das instituições arquivísticas. Não basta tratar a documentação, devemos também disponibilizá-las. Quanto maior o número de usuários acessando as informações, maior será o êxito obtido.

O compromisso de dar acesso e disponibilizar as informações disponíveis nas instituições arquivísticas fica a cargo da atividade de difusão, objetivando, segundo Perez (2008), o alcance do maior número de pessoas possível. Menezes (2012, p. 52) concorda com a afirmação de Perez ao dizer que “A difusão é uma das funções arquivísticas essenciais para que se cumpra o acesso à informação, que deve promover a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental”.

Dentro da atividade de difusão há uma divisão entre três ramos: Difusão Cultural, que consiste na divulgação dos documentos de arquivo por meio de atividades culturais; Difusão Editorial, que acontece a partir de publicação de materiais bibliográficos produzido pelos arquivos; Difusão Educativa, que ocorre a partir do desenvolvimento de atividade pedagógicas desenvolvida pelo arquivo (Santos Neto; Bortolin, 2020).

No AN, as atividades culturais e educativas são parte das atividades rotineiras do arquivo, e estão presentes inclusive na estrutura organizacional na “Coordenação-Geral de Acesso e Difusão” (Arquivo Nacional, 2025).

As atividades culturais e educativas do AN estruturam-se da seguinte forma:

- **Formativo:** Atividade de formação voltada a profissionais e especialistas - arquivistas, historiadores, professores, servidores - (cursos, minicursos, workshops, oficinas, visitas guiadas, publicações, eventos);

- **Educativo:** Atividade pedagógica voltada ao público geral (oficinas, visitas guiadas, exposições, eventos);

- **Divulgação:** Atividade voltada a dar visibilidade a determinadas ações ou temas (eventos, prêmios, publicações).

As atividades realizadas no AN se repetem em cada segmento e, determinadas atividades, podem pertencer a mais de um segmento. Diante disso, estabelecemos uma categorização para sistematização dos dados coletados. Assim, as atividades realizadas pelo AN serão apresentadas a partir dos três segmentos indicados. Cada segmento é estabelecido através do que interpretamos como a intencionalidade por detrás de cada atividade, analisando seus objetivos e público dirigido ou pressuposto.

Tratando-se do AN, há duas frentes de ações que precisam ser ressaltadas: primeiro, o AN é a instituição de maior referência no campo técnico da arquivologia no país, sendo um de seus objetivos a institucionalização de determinadas práticas arquivísticas em todo o território brasileiro, através de políticas arquivísticas. O segundo ponto, é seu caráter de órgão público não-especializado, oferecendo serviços públicos a população geral, dentre esses, o serviço de consulta a documentos, emissão de certificados e ações educativas e culturais.

Essas duas frentes de ações combinam-se em meio às atividades culturais e educativas desenvolvidas pelo AN, sendo que ora essas atividades são voltadas para especialistas, ora para o público geral. Em razão dessas duas frentes de ação, buscamos diferenciar dois tipos de atividades educativas promovidas pelo AN: o segmento “1 Formativo” engloba atividades educativas voltadas a especialistas e profissionais da área; o segmento “2 Educativo” engloba atividades voltadas ao público geral não especializado (Ver anexo 1) (Arquivo Nacional, 2025).

O primeiro segmento - **Formativo** - apresenta cinco categorias de atividades: (1) Cursos; (2) Oficinas; (3) Eventos; (4) Visitas; (5) Publicações. Tais atividades visam alcançar profissionais do campo arquivístico - arquivistas e servidores de arquivos - e profissionais no campo da história - historiadores e professores de história. Entre os cursos oferecidos estão: noções básicas de

arquivo, capacitação em gestão documental, identificação documental, avaliação de documentos, entre outros. Tais cursos destinam-se a servidores de arquivos e acontecem de forma permanente, desde 2013 mais de mil servidores realizaram os cursos promovidos pelo AN. As oficinas oferecidas acontecem de forma esporádica e destinam-se a professores de história, arquivistas e historiadores, podemos citar como exemplo: oficina de paleografia, oficina para professores de história com documentos da ditadura, oficina de preservação.

Com relação aos eventos destacam-se a Semana Nacional dos Arquivos, que já está na sua oitava edição, e outros eventos que ocorrem de maneira esporádica, destinados a arquivistas, historiadores e técnicos de área de preservação. A visita é oferecida e destinada a profissionais de arquivos e consiste em uma visita às áreas técnicas do AN. As publicações são variadas e concentram-se na revista *Acervo*, que se destina a pesquisas acadêmicas dos campos das humanidades - com ênfase na arquivologia e na história -, e em publicações de livros esporádicas, que podem ser técnicos, destinado ao campo dos arquivos, ou pesquisas acadêmicas desenvolvidas a partir de documentos do AN, principalmente na área da história (Arquivo Nacional, 2025).

No segundo segmento, o **Educativo**, destacam-se cinco categorias de atividades: (1) Oficinas; (2) Visitas; (3) Exposições; (4) Sites temáticos; (5) Eventos. Estas atividades misturam-se entre ações culturais e formativas e são direcionadas a um público mais abrangente, incluindo a população geral, e enfatizando os estudantes.

As oficinas “Lanterinha mágica” e “Película viva” acontecem dentro de uma ação maior, “Arquivo em cartaz”, direcionada a estudantes, onde as propostas consistem em atividades voltadas à produção cinematográfica. As visitas são de dois tipos: a “visita cultural” é direcionada a população geral e consiste em uma visita ao prédio do AN; a “visita educativa” é direcionada a estudantes e consiste em uma visita ao prédio do AN e em atividades pedagógicas, como por exemplo, contação de histórias. As exposições são atividades periódicas do AN e contemplam diferentes

temas, com ênfase em temas históricos, como por exemplo, a “exposição 190 anos de Ministério da Justiça”, “Nação Brasília: 180 anos de Independência”, “Estado Novo: 1937-1945”, “Jango: A nossa breve história”, “O Brasil na guerra”, entre outras.

O AN também conta com dez sites temáticos, todos direcionados ao campo da história, dentre os quais podemos citar o site “Mapa: Memória da administração pública”, ou ainda, o “Glossário de História Luso-Brasileira”.

Todos os eventos encontrados fazem parte da ação “Arquivos em Cartaz” e são direcionados a estudantes e público em geral e consistem em amostras cinematográficas em diferentes localidades do país (Arquivo Nacional, 2025).

No terceiro segmento de **Divulgação** foram encontradas três categorias de atividades: (1) Prêmios; (2) Eventos; (3) Publicações. O AN possui cinco prêmios diferentes, um para trabalhos acadêmicos produzidos no campo da arquivologia e quatro no campo da história. O “Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas” já premiou doze trabalhos produzidos sobre a ditadura militar brasileira; o “Prêmio Thomas Skidmore” teve duas edições e premiou duas pesquisas produzidas em língua inglesa sobre a história contemporânea brasileira; o “Prêmio D. João VI” premiou três trabalhos, em sua única edição, que tratavam sobre o período joanino; o “Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa” está em seu décimo oitava ano e já premiou mais de quarenta e cinco pesquisas feitas a partir de documentos pertencentes ao AN; o “Prêmio Maria Odila Fonseca” teve sua terceira edição em 2021 e já premiou oito trabalhos no campo da arquivologia.

O evento “Com a palavra, o usuário” convida pesquisadores de diferentes áreas científicas, que se utilizam de fontes do AN para apresentarem sua pesquisa. Com relação às palestras podemos citar as últimas: “Cronologia do Fundo OVNI no Arquivo Nacional”; “Quatro décadas de pesquisa no Arquivo Nacional”; “Ensino de matemática na série Educação de Boulder”; “Imperial Instituto dos surdos-mudos: escolarização das meninas surdas”; “De volta ao universo das polacas”; “A importância da pesquisa no Arquivo Nacional para obtenção de outra cidadania”, entre

outras. As publicações voltam-se aos instrumentos de pesquisas de seus acervos (Arquivo Nacional, 2025).

O AN possui uma vasta agenda de atividades voltadas à cultura e educação, que consistem em cursos, oficinas, visitas guiadas, eventos, publicações, exposições e sites temáticos que exploram principalmente o campo da história, e da arquivologia (Anexo 1).

A partir do estudo de caso no AN, pudemos identificar uma agenda ativa de atividades culturais e educativas, com ações permanentes e esporádicas.

A primeira observação é em relação ao público-alvo da maioria das atividades educativas desenvolvidas pelo AN, estas são voltadas principalmente para arquivistas, servidores, historiadores e professores de história. Todos os cursos oferecidos são voltados aos servidores e objetivam formação especializada para colocar em prática a gestão documental em todos os setores públicos. Esses cursos fazem parte de uma política pública nacional de arquivos que está em busca de construir uma gestão nacional de documentos. Uma gestão documental concreta é indispensável para a datificação e controle pleno do governo sobre as informações produzidas.

Nas atividades voltadas ao público geral, há uma preferência por atividades que estejam relacionadas a temas históricos, sempre tratando de acontecimentos passados, sem construir necessariamente uma relação concreta com o presente. A relação arquivo e história foi construída em conjunto com a própria consolidação do campo arquivístico, contudo, sabe-se que essa não é a única dimensão a ser explorada pelos arquivos. As informações contidas nessas instituições retratam um passado já longínquo, mas também retratam um presente latente que precisa ser colocado em pauta.

Além disso, o maior público potencial do AN, e isso pode ser observado a partir das atividades desenvolvidas, dos trabalhos publicados, dos temas de exposições, dos sites temáticos e dos temas dos eventos, são historiadores. O AN possui uma vasta gama de ações que são de

grande interesse desse público em específico, exercendo um papel fundamental na difusão do conhecimento histórico produzido através de seus documentos.

Tanto nas atividades promovidas para o público especialista, quanto nas atividades promovidas para o público geral, a temática violência extrema não aparece em grande quantidade. Contudo o AN mantém o programa “Memórias Reveladas” que trata da ditadura militar brasileira, palco de muitos atos de violência extrema. No entanto, outros episódios como o extermínio de populações negras, de indígenas e outras populações vulnerabilizadas não são retratados em atividades permanentes promovidas pelo AN. Além disso, episódios de guerras nacionais onde ocorreram atos de violência extrema também não são lembrados, com exceção da segunda guerra, que aparece em algumas atividades.

Neste cenário, as atividades culturais e educativas promovidas pelo AN são estritas em termos de retratar e promover a conscientização sobre os episódios de violência extrema, cuja história brasileira está cheia de exemplos. Não podemos afirmar que tal tema não é retratado, mas quando é retratado, costuma privilegiar determinados episódios.

São poucas as atividades que são desenvolvidas para o público jovem, com exceção do programa “Arquivo em Cartaz” que conta com a grande parte das atividades direcionadas a esse público.

A partir disso, comprehende-se que o AN tem como foco principal de usuários os arquivistas, servidores e historiadores, deixando o público em geral em segundo plano na agenda de atividades culturais e educativas. As atividades desenvolvidas são em sua maioria de interesse de especialistas da área, e despertam pouco interesse do público leigo e que não possuem uma familiaridade com o campo científico da história.

Essa prática já é estabelecida por Schellenberg (1974). A utilização dessas instituições pelo público externo - aqueles que não estão vinculados ao governo - restringe-se aos

pesquisadores, e a atividade cultural e educativa dos arquivos fica, em geral, em segundo plano de prioridade nas atividades exercidas pelos arquivos.

Como órgão de governo, o AN é uma instituição indispensável para fazer funcionar a lógica dos Estados modernos, da datificação e da governança a partir do biopoder. Sua relação com o biopoder está no exercício de suas atividades que pretendem consolidar uma prática de gestão que facilite o exercício pleno do governo brasileiro.

No campo da história, o AN prende-se, em algumas de suas atividades, a uma visão da história oficial, voltada à história dos governos, de seus órgãos e dos “grandes nomes heroicos nacionais”.

5 Considerações Finais

A relação entre arquivo e poder se constrói a partir de diferentes elementos. Como dispositivo de poder e afirmação dos Estados nacionais modernos, os arquivos encontram-se em meio às disputas políticas de diferentes grupos sociais, perpassando por questões relacionadas à apresentação e afirmação de direitos, de memórias e de histórias. Além disso, sua importância em requisitos operacionais para os Estados modernos é explorada em certa medida, mas ainda pouco explorada quando nos deparamos com as possibilidades de utilização dessas instituições.

As atividades culturais e educativas devem ser empregadas por arquivos para fortalecer a conscientização sobre fatos da história brasileira cuja linguagem foi a violência. Um dos exemplos de atividades seria o uso de documentos de arquivos pessoais pelo Museo Casa de la Memoria em Medellín, Colômbia, que procura desenvolver atividades educativas e culturais para fomentar a compreensão da longa história de violência no referido país.

O AN mantém seu pleno funcionamento enquanto instituição que funciona de acordo com a lógica dos governos modernos, e por isso, trabalha em favor de uma gestão em pleno funcionamento. E por isso, o AN

funciona como instituição que afirma os poderes estatais e suas lógicas de dominação.

Além disso, ao privilegiar determinadas narrativas históricas, outras tantas narrativas são caladas e deixam de ocupar tais espaços. Histórias violentas, que tratam um Estado autoritário e violento, em geral, são silenciadas. Contudo, contar tais histórias nos lembra das diferentes faces que um Estado pode assumir e de que horrores são legitimados e cometidos todos os dias, e por isso, não deveriam ser esquecidos. O AN, embora não seja um museu ou centro cultural dedicado à memória de períodos autoritários, pode articular atividades educativas com esse interesse dentro de seu âmbito de atividades.

Assim, entendemos que os serviços e ações desenvolvidos pelos arquivos permanecem ainda fechados em uma visão tradicional dos arquivos, que não possibilita pensarmos essas instituições como instituições de exercício de poder político, e não meramente como dispositivo da burocacia estatal nacional.

6 Referências

Arendt, H. (2004) Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.

Arquivo Nacional. Página inicial - Arquivo Nacional (site oficial) 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>

Bellotto, H. L. (2008) Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro. Ed. FGV.

Butler, J. (2020) Corpos que importam: os limites discursivos do ‘sexo’. 1 edição.

Duarte, R. C. (2018) Arquivos pessoais: institucionalização e trajetórias. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 220 f..

Dutra, L. F.; Porto, R. M. A. B. (2020) Alternativas inteligentes para a preservação do

patrimônio cultural no contexto das smart cities. RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1378-1396, jan./abril.

Foucault, M. (1999). Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

Levi, P. (1986) Se questo è un uomo. Torino: Einaudi, 1986.

Mastropierro, M. del C. (2007). El porqué de los archivos privados. 1a ed, Buenos Aires: Alfagrama.

Menezes, P. I. (2012) O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. Ponto de Acesso, v. 6, n. 3. p. 47-71. Doi: 10.9771/1981-6766rpa.v6i3.6164

Mbembe, A. (2018) Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições

Orwell, G. (1949) 1984. London: Secker e Warburg.

Perez, C. (2008) Marketing e difusão. in: Marketing aplicado aos arquivos. Santa Maria. p. 30-38.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p 3-15.

Santos Neto, J. A. dos; Bortolin, S. (2020) Mediação e difusão em arquivos: inter-relações teóricas. Informação em Pauta, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161. Doi: 10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43289

Schellenberg, T. R. (1973) Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV.

Silva, H. R. K.; Barbosa, A. C. O. (2012) Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no arquivo público do estado de São Paulo. Acevo: Revista do Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, p. 45-66.

Tavares, D. W. S.; Loureiro, J. M. M. A (2020) biopolítica nos arquivos: vigilância e risco. Informação & Sociedade: Estudos, v. 30, n. 3.

Anexo

Anexo 1: Relação de atividades culturais e educativas oferecidas pelo AN.

1	Formação
1.1	<i>Cursos</i>
1.1.1	Capacitação em gestão documental
1.1.2	Classificação de documentos
1.1.3	Procedimentos de protocolo
1.1.4	Avaliação de documentos
1.1.5	Gestão e preservação de documentos digitais
1.1.6	RDC-Arq
1.1.7	Identificação de documentos digitais
1.1.8	Noções básicas de arquivo
1.1.9	Permanência digital
1.1.10	Archivematica
1.1.11	Elaboração de instrumentos de gestão
1.1.12	Procedimentos de eliminação de documentos
1.1.13	Uso de sistemas informatizados
1.1.14	Arquivos atingidos por inundação
1.1.15	Análise de requisitos do e-arq
1.2	<i>Oficinas</i>
1.2.1	Oficina para professores de história
1.2.2	Oficina para professores com documentos da ditadura
1.2.3	Oficina de paleografia
1.2.4	Oficina de preservação
1.2.5	Oficina lanterna mágica
1.3	<i>Eventos</i>
1.3.1	Semana Nacional de Arquivos
1.3.2	Seminário Internacional de Procedimento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos
1.3.3	Mesas redondas, rodas de conversas, tarde de diálogo, palestras (temas da arquivologia e da história)
1.3.4	Encontro de pesquisadores
1.4	<i>Visitas</i>
1.4.1	Visita Técnica
1.5	<i>Publicações</i>
1.5.1	Livros técnicos (arquivologia)

1.5.2	Livros de pesquisas
1.5.3	Material de apoio do Seminário Internacional de Processamento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos
1.5.4	Acervo: Revista do Arquivo Nacional
1.5.5	Revista: Arquivo em Cartaz
2	Educativo
2.1	<i>Oficinas</i>
2.1.1	Oficina lanterninha mágica
2.1.2	Oficina Película viva
2.2	<i>Visitas</i>
2.2.1	Visita educativa
2.2.2	Visita cultural
2.3	<i>Exposições</i>
2.3.1	Drama e euforia
2.3.2	Feminismo, ciência e política
2.3.3	Viagens italiana
2.3.4	O Brasil na guerra
2.3.5	Japão, Brasil
2.3.6	França
2.3.7	O mundo luso-brasileiro
2.3.8	O Rio em movimento
2.3.9	A imprensa alternativa no acervo do SNI (1964-1989)
2.3.10	Jango
2.3.11	Capitais da Bossa Nova
2.3.12	190 anos do Ministério da Justiça
2.3.13	A história em preto e branco
2.3.14	Brasil
2.3.15	Nas águas do mesmo lago
2.3.16	Rio 1908
2.3.17	Razão, memória e imaginação
2.3.18	Estado novo
2.3.19	Estampas do Rio
2.3.20	Nação Brasílica
2.3.21	Imagens da mulher brasileira
2.3.22	50 anos do desenvolvimento nacional
2.3.23	RE Cine
2.3.24	O Rio do morro ao mar
2.3.25	Mudanças de hábitos
2.3.26	A marcha para o leste
2.3.27	O Samba faz história
2.3.28	Força Expedicionária Brasileira

2.3.29	Itinerários Indígenas
2.3.30	História do Maracanã antigo
2.3.31	Pontos de vista
2.3.32	Trajetória de uma coleção
2.4	<i>Sites Temáticos</i>
2.4.1	O AN e a História Luso-Brasileira
2.4.2	Roteiro de fontes do AN para a História Luso-Brasileira
2.4.3	Glossário de História Luso-Brasileira
2.4.4	Mapa: Memória da administração pública
2.4.5	Que República é essa?
2.4.6	Cadernos de Marc Ferrez
2.4.7	Brasiliiana Fotográfica
2.4.8	Memórias Reveladas
2.4.9	Temas do Brasil Oitocentista
2.4.10	Centro de Referência de Acervos Presidenciais
2.5	<i>Eventos</i>
2.5.1	Amostra Arquivos do amanhã
2.5.2	Mostra competitiva
2.5.3	Filmes na rede EBC
3	Divulgação
3.1	<i>Prêmios</i>
3.1.1	Pesquisa Memórias Reveladas
3.1.2	Arquivologia Nacional de Pesquisa
3.1.3	Maria Odila Fonseca
3.1.4	Thomas Skidmore
3.1.5	D. João VI
3.2	<i>Eventos</i>
3.2.1	Com a palavra, o usuário
3.3	<i>Publicações</i>
3.3.1	Instrumentos de pesquisa

Fonte: Elaborada pelos autores.